

CELSO PINTO**Faltam R\$ 7 bilhões**

O governo federal precisa cortar despesas ou aumentar receitas em R\$ 7 bilhões, ou cerca de 1% do PIB, para cumprir a meta de gerar um saldo de 0,8% do PIB nas suas contas neste ano. Como estão hoje, as contas federais fechariam com um pequeno déficit. Por esta razão o governo pediu ao Congresso a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). Nos cálculos do ministro do Planejamento, Antonio Kandir, se o FEF acabar mesmo em junho, como determina a lei, o governo perderá R\$ 1,9 bilhão este ano e R\$ 4,2 bilhões no ano que vem.

A situação do ano que vem é bem complicada. A meta do governo federal é gerar um superávit primário (receitas menos despesas, exceto juros) de 1% do PIB — superior, portanto, à meta deste ano. Não vai contar, contudo, com os R\$ 5 bilhões da CPMF, o imposto do cheque, que acaba no início de 98. Se também não tiver o FEF, ficará muito difícil manter a área fiscal sob controle, num ano já complicado pela eleição presidencial.

A prorrogação do FEF até 1999 resgata o prazo pedido em 1996, quando o FEF ainda se chamava Fundo Social de Emergência. Como provou a história, ele não era nem social e nem de emergência. O FEF restabelece para o governo federal um pouco da flexibilidade orçamentária (20% dos repasses) que a Constituição de 88 virtualmente eliminou. Vários membros da equipe econômica que montou o Plano Real defendiam a ideia de que o então FSE, aprovado pela primeira vez em 94, se tornasse permanente, o que não foi politicamente viável.

O principal argumento do governo, agora, é que, quando o Congresso prorrogou o FEF até junho deste ano, o pressuposto era de que as reformas estruturais estariam aprovadas e em vigor. Como isso não aconteceu, o governo vai pedir mais tempo. Para não complicar a negociação política, não vai mudar uma vírgula do formato atual do fundo.

Só a prorrogação do FEF, contudo, não bastará para garantir a meta fiscal do governo este ano. Será preciso cortar gastos de custeio (o quanto, só será definido quando a questão do FEF for resolvida), e fazer um esforço do lado da receita. Além disso, é muito importante que as concessões no setor de telecomunicações sejam aprovadas neste ano e que os recursos sejam usados para abater dívidas — o que supõe controlar os instintos gastadores do ministro Sérgio Motta.

Kandir jura que o governo fará o impossível para cumprir a meta fiscal. Os funcionários públicos não têm aumento desde 1995. Nenhuma decisão será tomada até ficar clara a implicação da decisão do Supremo em favor de um aumento de 28% para um grupo de funcionários. Mesmo que ela seja positiva, contudo, a intenção do governo é de fazer correções diferenciadas de salários, não um reajuste generalizado.

Se o governo federal mantiver esta postura, esperará uma atitude idêntica dos Estados e municípios em relação a seus funcionários. Se algum Estado ou município resolver dar um aumento geral, o mínimo que o governo federal poderá deduzir, argumenta Kandir, é que está com a situação financeira confortável — e, portanto, não precisa de ajuda.